

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO
EDUCACIONAL**

**OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR EM UMA
ESCOLA DO CAMPO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Vanessa Janete Drescher

Sobradinho, RS, Brasil

2015

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO CAMPO

Vanessa Janete Drescher

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**

Orientador: Prof. Ms. Claudio Emelson Guimarães Dutra

Sobradinho, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia
de Especialização**

**OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO
CAMPO**

elaborado por
Vanessa Janete Drescher

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Claudio Emelson Guimarães Dutra, Prof. Ms (UFSM)
(Presidente/ Orientador)

Maria Elizabete Londero Mousquer, Prof. Dr. (UFSM)

Micheli Daiani Hennicka, Prof. Ms. (UFSM)

Sobradinho, RS, 28 de novembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

A minha família, pais, irmãos, namorado pela sua compreensão diante da minha ausência em vários momentos, quando estes necessitaram da minha presença e, na realização deste estudo, não pude comparecer. Obrigada pela compreensão e por sempre estarem ao meu lado.

Aos meus colegas professores, que me auxiliaram com seus conselhos, opiniões e na realização da pesquisa. Meu sincero obrigado.

À Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio, por ter aberto espaço para que realizasse a pesquisa e ampliasse o conhecimento em torno do tema proposto, pela acolhida e disposição em construir saber. Muito obrigada pela contribuição nesta caminhada.

Ao professor orientador pela sua paciência, disponibilidade e pré-disposição em sanar todas as dúvidas que surgiram em torno da realização deste trabalho. É um profissional comprometido com o que faz e dedicado na busca da construção do saber. Sua ajuda foi fundamental e lhe serei eternamente grata pela sua orientação. Aprendi e muito com os seus ensinamentos e antes de ser um orientador é um facilitador da aprendizagem, alguém preocupado em disseminar saber, mas além de tudo de buscar a construção conjunta do saber. Por isso, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO CAMPO

AUTORA: VANESSA JANETE DRESCHER.

ORIENTADOR: Prof. Ms. CLAUDIO EMELSON GUIMARAINS DUTRA.

Data e Local da Defesa: Sobradinho, RS, 28 de novembro de 2015.

A pesquisa procura demonstrar os avanços e conquistas alcançados pela educação do campo. Assim, procurou-se compreender como a educação do campo foi sendo construída, quais avanços obteve e o que ainda pode ser melhorado. Neste sentido, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto e também um estudo de caso, através da aplicação de questionários em uma escola de Ensino Fundamental do município de Agudo-RS, escola esta que é considerada escola do campo, para essa compreensão, buscou-se contextualizar a evolução histórica da educação do campo, analisando as lutas e conquistas dos povos do campo no decorrer do tempo. Compreender as complexidades históricas da educação do campo possibilita obter uma visão ampla dos aspectos que marcaram, ao longo do tempo, essa forma de educação, possibilitando apontar melhorias aos rumos de uma educação de qualidade. Assim, por meio dessa reflexão bibliográfica, também se buscou compreender o campo, a vida das pessoas que estão nesse ambiente e seus laços culturais construídos com a terra. Através da pesquisa pode-se considerar que o povo do campo percorreu caminhos de muita luta até conseguir aprovação de legislação e políticas públicas que permitiram a melhoria da educação do campo. Entretanto ainda existem muitas reivindicações de melhorias que levem a igualdade entre a educação do campo e a educação urbana. Também a necessidade de continuidade de educação adequada e contextualizada para a educação do campo. Os pesquisados de todos os seguimentos apontaram a necessidade de Internet na escola. As escolas do campo precisam de um olhar diferenciado, para que sejam atendidas às necessidades da sua população, que também merece ser reconhecida e valorizada.

Palavras-chave: Educação do campo. Trajetoria. Conquistas.

ABSTRACT

Specialization monograph
Lato Sensu Specialization Course in Education Management
Federal University of Santa Maria

THE CHALLENGES OF SCHOOL MANAGEMENT IN A FIELD SCHOOL

AUTHOR: VANESSA JANETE DRESCHER.
SUPERVISOR: Prof. Ms. CLAUDIO EMELSON GUIMARAINS Dutra.
Date and Defense Location: Sobradinho, RS, November 28, 2015.

The research sought to demonstrate the progress and achievements made by the rural education. So, we tried to understand how the rural education was being built, which advances achieved and what can still be improved. In this sense, a literature review was conducted on the theme as well as a case study through questionnaires in the in a Primary School in the city of Agudo-RS, school this which is considered school field, for that understanding, sought to contextualize the historical development of rural education, analyzing the struggles and achievements of the field people over time. Understand the historical complexities of the field of education makes possible to obtain a broad view of the issues that have marked, over time, this form of education, enabling improvements pointing to the direction of quality education. Thus, through this bibliographic reflection, also sought to understand the field, the lives of people who are in this environment and their cultural ties built with the earth. Through research it can be considered that the country people come paths much struggle to get approval of legislation and public policies that enabled the improvement of rural education. However there are still many claims of improvements that lead to equality between rural education and urban education. Also the need for continuity in an appropriate and contextual education for rural education. Respondents from all segments pointed to the need Internet at school. Schools field need a different look, to be met the needs of its population, which also deserves to be recognized and valued.

Keywords: Rural Education. Trajectory. Achievements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 UM OLHAR SOBRE A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	10
1.1 Contextualizando a historia da educação do campo no Brasil.....	10
1.2 A educação do campo	13
1.3 Trajetória da educação do campo.....	19
1.4 Legislação educacional do campo: avanços e conquistas	23
1.5 Educação do campo e classes multisseriadas.....	26
2 RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
2.1 A educação do campo e sua evolução: estudo de caso.....	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
APÊNDICES	50

INTRODUÇÃO

A escola do campo vivenciou e ainda vivencia profundas transformações influenciadas pelas mudanças ocorridas no mundo globalizado, as quais exigem dela uma postura diferente frente à forma de educar. Essas transformações que vem acontecendo são necessárias para o aprimoramento da educação e necessitam de aliança entre todos os segmentos que compõem a Comunidade Escolar. A educação do campo passou por momentos muito difíceis, onde a preocupação do país, estado e município era muito pequena com tal concepção, foram necessários vários movimentos para que acontecesse o reconhecimento da Educação do campo.

A educação de modo geral sempre apresentou problemas como: evasão escolar, baixa escolarização, falta de materiais, professores desmotivados e até com problemas de saúde decorrentes da profissão. No entanto esses problemas são ainda maiores no meio rural. Isso acontece, porque muitos alunos ajudam seus pais agricultores, e deixam os estudos em segunda opção, isso resulta na evasão escolar que é muito grande.

Nos últimos anos a Educação do campo vem se concretizando, pensada mediante a ação conjunta do governo com a sociedade civil, incentivada por políticas públicas específicas. Implementar a educação para as crianças do meio rural era uma dívida antiga, as novas políticas têm o objetivo de melhorar a infraestrutura das escolas, prestar assessoramento de gestão e pedagógico, buscar a formação de professores, disponibilizar material didático de qualidade e contextualizado.

Para isso, foram criadas Diretrizes, leis, resoluções que asseguram o bom funcionamento e atendimento de qualidade nas escolas do campo. A construção das Diretrizes Curriculares da Educação do campo vem para auxiliar o professor a reorganizar a prática educativa, tornando-a mais próxima da realidade do aluno.

As Diretrizes Curriculares da Educação no Campo denotam um instrumento importante para a construção de uma educação pública de qualidade, que respeite e valorize a diversidade humana, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A Educação do campo foi acentuada com a discussão e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96) que, em seu artigo 28 propõem medidas de adequação à educação básica nas escolas do campo, questão essa que não estava anteriormente contemplada.

Diante deste contexto, a presente pesquisa tem como problema: Quais as políticas públicas voltadas a Educação do campo, suas reais finalidades e o que ainda poderia ser mudado? Neste sentido, procurou-se compreender quais as políticas públicas voltadas a Educação do campo e o que elas tratam na sua totalidade, quais os objetivos de melhoramento em relação à Educação do campo e por fim o que ainda deveria ser mudado.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como foram se construindo políticas públicas voltadas à Educação do campo e suas reais finalidades e o que pode ainda ser alterado. Especificamente os objetivos são: Conhecer a trajetória da educação no campo; Identificar as diretrizes que foram criadas; Observar a realidade da escola do campo pesquisada; Compreender que a educação do campo deve se adequar à realidade rural; e Analisar as mudanças que ainda podem ocorrer na Educação do campo.

A pesquisa quanto aos procedimentos metodológicos caracteriza-se como um estudo de caso, os resultados foram analisados sob a abordagem qualitativa e apresentados de forma descrita. A pesquisa foi realizada em uma escola de Ensino Fundamental completo do município de Agudo-RS, localizada na área rural, que atende alunos desde a Educação infantil até os Anos Finais do Ensino Fundamental. Utilizou-se como instrumento de pesquisa quatro questionários, com questões abertas, aplicados especificamente aos quatro segmentos da comunidade escolar. Participaram da pesquisa 34 famílias, 34 alunos, 12 professores do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3 pessoas da equipe diretiva da escola.

Os dados coletados foram interpretados qualitativamente e constituem a base para a afirmação de como era a Educação do campo e a sua evolução no contexto da escola pesquisada.

A pesquisa está organizada em três capítulos: o primeiro capítulo intitulado "Um olhar sobre a concepção de educação do campo" procurou-se realizar um breve apanhado sobre a concepção de Educação do campo, a sua trajetória, história no

campo da educação no Brasil, a sua legislação bem como os seus avanços e conquistas adquiridas ao longo do tempo na Educação do campo. O segundo capítulo, “Educação do campo e classes multisseriadas” este capítulo tem como objetivo debater o assunto das escolas multisseriadas, o seu funcionamento, vantagens, desvantagens e, também a definição do Programa Escola Ativa que é um programa destinado às escolas do campo. O terceiro capítulo, “A educação do campo e sua evolução: estudo de caso” mostra os resultados do estudo realizado na escola do campo, onde foi realizada a pesquisa. E por fim, as considerações finais respondendo aos objetivos da pesquisa e ao problema proposto.

1 UM OLHAR SOBRE A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

1.1 Contextualizando a história da Educação do campo no Brasil

Antes dos anos 60 a educação estava voltada a urbanização, a industrialização, com grande número de pessoas migrando do campo para as cidades, com o objetivo de trabalhar nas novas fábricas implantadas. Assim, a escola era promulgada como fator de mudança social. Os movimentos populares da época reivindicavam mudanças sociais, enquanto que o governo pensava e agia para que a agricultura fosse transformada através de novas técnicas e tecnologias para atingir maior produtividade. Esse processo deixava de lado o povo humilde e analfabeto do meio rural (SILVA, 2004).

Em 1964 fecharam-se as possibilidades de reivindicações sociais tanto para o cidadão urbano quanto para o rural. Movimentos e mudanças pela vontade do povo cessaram, houve perseguição a educadores e líderes sociais conforme escreve Silva:

Uma nova redefinição do pensamento educacional será trazida pelo golpe de 1964 que com o fechamento dos canais de participação e representação impõe limites e controle aos segmentos populares aos bens educacionais e sociais. Educadores comprometidos e lideranças são perseguidos e exilados, as universidades sofrem intervenções e os movimentos populares e sindicais são desarticulados, contudo o analfabetismo continuava a desafiar as elites dominantes que achavam que o Brasil tinha que se tornar uma potência no cenário internacional, para tanto organizaram durante esse período várias campanhas de alfabetização com o intuito de colocar o País no rumo do "desenvolvimento". (SILVA, 2004, p. 4).

A agricultura e o povo rural passam a ter menos importância do que o urbano com o grande movimento pro industrialização no mundo. Na agricultura foi implantada a revolução verde, com a finalidade de fornecer matéria prima para a indústria e consumir os insumos por ela produzidos (SILVA, 2004).

Entretanto, foram criados muitos projetos educacionais inclusive para a população do campo objetivando tornar o país uma potencia mundial.

Na década de 70 avaliações destas políticas mostraram que não foram eficazes, grandes diferenças regionais, aumento da pobreza principalmente nas periferias das grandes cidades e no campo, bem como a degradação do meio

ambiente. Novos paradigmas de desenvolvimento mundiais passam a influenciar governos e sociedade.

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 1977 (PNAD) mostra os resultados dos programas educacionais e do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. Mesmo não computados dados da Região Norte e Centro-Oeste para a população rural cujos índices de analfabetismo eram muito altos. As taxas de analfabetismo para pessoas de 20 anos ou mais mostram o fracasso do MOBRAL (FERRARI, 1985, p. 36).

Faixa etária	Índice de analfabetismo PNAD 1977	Índice de analfabetismo Censo Demográfico -1980
População de 5 anos ou mais	29,1%	31,9%
População de 10 anos ou mais	22,8%	25,5%
População de 15 anos ou mais	23,7%	25,5%
População de 20 anos ou mais	26,3%	27,5%

Quadro 1 – Índice de analfabetismo PNAD 1977.

Fonte: Construído a partir de Ferrari (1985, p. 36).

No censo demográfico de 1980 apontou índices com dois pontos acima dos pesquisados pelo PNAD 1977, pois incluiu a população rural das Regiões Norte e Centro-Oeste. Ferrari (1985, p. 37) ressalta que “¼ da população de 10 anos ou mais, bem como de 15 anos ou mais, era analfabeta em 1980”; também lembra o autor que o analfabetismo era alto em todas as faixas etárias.

O autor mostra que em 1980 o Brasil tinha mais da metade da população rural analfabeta, ou seja, 52,6% e no meio urbano 31,9%. Estes índices revelam a desigualdade entre a população urbana e a rural. Os índices gerais são maiores nas regiões Nordeste e Norte do Brasil. Dos anos 70 até os anos 80, com o MOBRAL, o Brasil elevou em mais 2 milhões o número de analfabetos (FERRARI, 1985).

Estes índices apresentados por Ferrari (1985) mostram o problema do analfabetismo no Brasil, tanto urbano quanto rural, e o fracasso das políticas públicas para alfabetizar a população brasileira, pós 1964 até o início da década de 80.

No processo de resistência à ditadura militar, e mais efetivamente a partir de meados da década de 1980, as organizações da sociedade civil, especialmente as ligadas à educação popular, incluíram a educação do campo na pauta dos temas estratégicos para a redemocratização do país. A idéia era reivindicar e simultaneamente construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses. (BRASIL, 2007, p. 11).

O grande passo para a efetivação da Educação do campo foi a Constituição Federal de 1988 – CF/88, no Capítulo II, Dos Direitos Sociais reza que a educação é um direito social para cidadãos urbanos e rurais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000 e EC no 64/2010). (BRASIL, 2012, p. 18).

O Art. 23 da CF/88 afirma que é de competência compartilhada da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, “V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência [...]”; E no Art. 24 reza que União, Estados e Distrito Federal podem legislar sobre “IX – educação, cultura, ensino, desporto [...]” (BRASIL, 2012, p. 28-29).

No Capítulo III da CF/88, que trata da Educação, Cultura e do Desporto, Seção I – da Educação, afirma que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2012, p. 121).

Ao afirmar que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família a CF/88 determina que tanto cidadãos urbanos quanto cidadãos do campo têm os mesmos direitos. E, que o poder público em todos os níveis, de forma compartilhada tem a obrigação de proporcionar educação básica de qualidade.

Desta forma, a Constituição Federal de 1988, foi um marco para a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que normatiza a educação urbana e a educação do campo.

Contudo a Educação do campo só tomou forma após a Primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia/GO, em 1998, onde a Educação do campo foi conceituada e os participantes mostraram suas reivindicações. “Esse encontro defendeu o direito dos povos do campo às políticas públicas de educação com respeito às

especificidades, em contraposição às políticas compensatórias da educação rural” (BRASIL, 2009, p. 13).

Antes da LDB e principalmente da Primeira Conferência Nacional Por uma Educação do campo, a educação nas áreas rurais existia, mas não era vista de forma diferenciada da educação urbana. A referida conferência ouviu as reivindicações do povo do campo quanto as necessidades educacionais e foi um marco para mudanças, norteador da nova educação do campo.

1.2 A Educação do campo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) em seu Art. 1º estabelece que:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p. 1).

Com relação à Educação do campo a LDB determina em seu Art. 28 que:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p.11-12).

Segundo Silva (2004), a LDB deixa claro que as pessoas podem ser educadas no ambiente familiar, no trabalho, nas organizações sociais, e culturais e na escola. Estabelece que a educação possa ser efetuada em locais que não a escola formal e que o Estado pode oferecer educação diferenciada de acordo com a cultura de grupos. Também que todo espaço extra-escolar é ambiente de aprendizagem.

Com base nesses fundamentos, Educação do Campo é toda ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo, “incorporando os povos

e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas” e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida. (SILVA, 2004, p. 8).

De acordo com Rocha (*apud* SANTOS; MOLINA; JESUS, 2010, p. 15) a educação do campo é muito mais que uma escola, ela representa a luta dos movimentos sociais e sindicais do campo por uma educação voltada para o campo, ela é fruto de luta popular pela garantia de seus direitos, do direito à educação. Movimentos sociais por direitos organizados pelo PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, “[...] a educação do campo é mais do que escola, ela alimenta a direção e o sentido da luta popular pela garantia dos direitos sociais. [...]”.

Conforme Silva (2004) a educação do campo deve ser contextualizada e adequada ao rural, e pode ocorrer por duas iniciativas, através da:

Educação Formal - são aquelas iniciativas dirigidas à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, médio, profissional e superior), organizadas pelo sistema de ensino público, privado ou comunitário;

Educação Não-Formal - são aquelas iniciativas dirigidas para organização comunitária, produtiva, sindical, política, cultural, religiosa, geralmente organizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, ONG's, pastorais e outras entidades da sociedade civil. (SILVA, 2004, p. 9).

Segundo Fernandes (2011) a educação do campo ainda enfrenta problemas, com grande número de crianças e jovens fora das escolas, que não conseguem concluir o Ensino Fundamental e Médio. A grande maioria das escolas rurais dá prioridade para o ensino até o 5º ano do Ensino Fundamental.

Em 2011 havia 83 mil escolas rurais e 6,6 milhões de crianças e jovens representando 13% do total de matrículas do país. Também no estudo das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo, realizado em 2009, revela que na zona rural existem 2 vagas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais e somente uma nos Anos Finais, e para o Ensino Médio é muito menor. Quanto à escolaridade “a população urbana de 25 a 34 anos, 52,5% têm ensino médio ou superior. No meio rural esse percentual é de apenas 17%” (FERNANDES, 2011).

A escolaridade média, apontada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre dados do PNAD, em 2009, para população de 15 anos ou mais é de 4 anos e para a população urbana é de 8,6 anos, também o analfabetismo

no campo para a mesma faixa etária é de 23,5% enquanto na zona urbana é de 4,3% (FERNANDES, 2011).

A mesma fonte revelou que a infraestrutura das escolas rurais em 2011 ainda eram precárias com 90% das escolas sem biblioteca, 20% não tinham energia elétrica, entre outras deficiências apontadas pela pesquisa. Uma característica marcante é que a maioria das escolas rurais, 70%, são multisseriadas. Entretanto faltava formação adequada a professores para atuar no meio rural (FERNANDES, 2011).

Para solucionar o problema de formação dos professores a SEDAC/MEC através de Universidades e Institutos Federais proporcionou a cerca de 3 mil professores a formação superior para atuar com a educação do campo, formação esta inspirada no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Em 2006 eram 6 mil escolas e no ano de 2011 eram 40 mil escolas atendidas pelo programa, sendo 2950 escolas no Estado do Rio Grande do Sul (FERNANDES, 2011).

Nesse sentido, Arroio (2006) ressalta a necessidade de combater a desigualdade entre a população urbana e a rural. É necessário promover ações para combater as diferenças iniciando pela educação.

Parece-me que é urgente pesquisar as desigualdades históricas sofridas pelos povos do campo. Desigualdades econômicas, sociais e para nós desigualdades educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo é decisivo nessas históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessa dívida histórica. E esse parece que seria um dos pontos que demanda pesquisas. Pesquisar essa dívida histórica (ARROYO; 2006, p. 104).

Freire (1987) aponta a situação de exploração em que vive o trabalhador do campo, o oprimido sabe que é oprimido. A educação é o componente fundamental para o povo do campo, essencial e necessária para as mudanças sociais e econômicas da população do meio rural. Para Freire (2007) a escola ideal é aquela que ouve o que o aluno tem a dizer, o conhecimento que trás de suas vivências.

Na concepção bancária a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos; Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que não sabem, cabe aquele que dá entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser “experimento feito” para ser experiência narrada ou transmitida. (FREIRE, 2007, p. 59-60).

A educação do campo deve ser contextualizada para atender as necessidades de cada povo de cada região. Uma nova concepção para a educação do campo valoriza o povo do campo, sua história e sua bagagem do conhecimento. Para Kolling, Néry e Molina (1999) a população rural era somente números e estatísticas, uma “população esquecida”, marginalizada e depreciada, tida como se não existissem. “É preciso entender em que contexto essa compreensão vem sendo formulada e quais as possibilidades que existem de se reverter essa lógica” (p. 19).

Para pensar a vida no campo, é preciso pensar a relação campo-cidade no contexto do modelo capitalista de desenvolvimento em curso no país. O rápido avanço do capitalismo no campo esteve baseado, no Brasil, em três elementos fundamentais: um desenvolvimento desigual, nos diferentes produtos agrícolas e nas diferentes regiões; um processo excludente, que expulsou e continua expulsando camponeses para as cidades e para regiões diferentes de sua origem; e um modelo de agricultura que convive e reproduz, simultaneamente, relações sociais de produção atrasadas e modernas, desde que subordinadas à lógica do capital. No campo, esse processo tem gerado uma maior concentração da propriedade e da renda. Nas cidades, esse processo tem implicado maior concentração urbana, desemprego e intensificação da violência. No plano das relações sociais, há uma clara dominação do urbano sobre o rural, na sua lógica e em seus valores por outro lado, há também outro fenômeno importante a considerar, que é a mudança do perfil econômico e cultural da população do campo presente nesse processo. [...]. (KOLLING; NÉRY; MOLINA, 1999, 19-20).

Em uma nova concepção de escola do campo Kolling, Cerio-Li e Caldart (2002) falam de suas convicções e linhas de ação para formular o Projeto Nacional de Educação para a Educação do campo:

- O objetivo central deve ser o ser humano:

O centro de nosso trabalho está no ser humano, nos processos de sua humanização mais plena. Precisamos nos assumir como trabalhadoras e trabalhadores da formação humana, e compreender que a educação e a escola do campo estão na esfera dos direitos humanos, direitos das pessoas e dos sujeitos sociais que vivem e trabalham no campo. (KOLLING; CERIO-LI; CALDART, 2002, p. 13).

- Uma educação moderna com infraestrutura adequada:

É necessário e possível se contrapor à lógica de que escola do campo é escola pobre, ignorada e marginalizada, numa realidade de milhões de camponeses analfabetos e de crianças e jovens condenados a um círculo vicioso: sair do campo pa-para continuar a estudar, e estudar para sair do campo. Reafirmamos que é preciso estudar para viver no campo! (Ibid, p. 13).

- Uma educação pública de qualidade e em todos os níveis adaptada as necessidades de conhecimento do aluno:

Vamos continuar lutando para garantir que todas as pessoas do campo tenham acesso à educação pública e de qualidade em seus diversos níveis, voltada aos interesses da vida no campo. Nisto está em questão o tipo de escola, o projeto educativo que ali se desenvolve, e o vínculo necessário desta educação com estratégias específicas de desenvolvimento humano e social do campo, e de seus sujeitos. (Ibid, p. 13).

- Uma educação transformadora que promova mudanças sociais e o desenvolvimento:

Queremos vincular este movimento por educação com o movimento mais amplo do povo brasileiro por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil e participar ativamente das transformações necessárias no atual modelo de agricultura que exclui e mata dia a dia a dignidade de milhares de famílias no campo. (Ibid, p. 13).

- Uma educação que valorize a cultura de cada povo, mas que permita conhecer outros mundos:

Quando dizemos Por Uma Educação do campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo, mas que também seja do campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade; uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido. (Ibid, p. 13).

- Uma educação completa, com formação para a vida, para o trabalho e para o social:

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Neste sentido educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (Ibid, p. 13-14).

- Valorização e respeito ao profissional da educação:

Continuaremos lutando pelo respeito, pela valorização profissional, e por melhores condições de trabalho e de formação para as educadoras e os educadores do campo, e conclamamos sua participação efetiva na definição da política educacional e na construção do projeto educativo do povo que vive no campo. (Ibid, p. 14).

- Projeto de educação integral que valorize o gênero, raça, cultura, a agricultura sustentável, entre outros:

Defendemos um projeto de educação integral, preocupado também com as questões de gênero, de raça, de respeito às diferentes culturas e às diferentes gerações, de soberania alimentar, de uma agricultura e de um desenvolvimento sustentáveis, de uma política energética e de proteção ao meio ambiente. (Ibid, p. 14).

- Políticas públicas de educação que valorizem e respeitem os movimentos sociais:

O direito à educação somente será garantido no espaço público. Nossa luta é no campo das políticas públicas e o Estado precisa ser pressionado para que se torne um espaço público. Os movimentos sociais devem ser guardiões desse direito e o Estado deve ouvir, respeitar e traduzir em políticas públicas as demandas do povo que vive no campo. (Ibid, p. 14).

- Reconhecimento dos Movimentos Sociais do Campo:

Reconhecemos a caminhada dos Movimentos Sociais do Campo, como expressão do povo organizado que faz e que pensa sobre a vida no e do campo. Das suas práticas de organização, de luta social e de educação podemos extrair muitas lições para a educação do campo. A primeira delas é que o povo que vive no campo tem que ser o sujeito de sua própria formação. Não se trata, pois, de uma educação ou uma luta para os, mas sim dos trabalhadores do campo e é assim que ela deve ser assumida por todos os membros deste movimento Por Uma Educação do campo. (Ibid, p. 14).

- Educação como instrumento de participação democrática:

Consideramos que há muitas transformações a serem feitas na educação em nosso país para que ela se realize como instrumento de participação democrática e de luta pela justiça social e pela emancipação humana. Nosso encontro se dá nas ações e não apenas em intenções. Queremos reeducar nossas práticas a partir do diálogo com as grandes questões de educação e de desenvolvimento social. (Ibid, p. 14).

- Reconhecimento e cumprimento das leis LDB e Diretrizes Nacionais para a Educação do campo:

Reconhecemos os avanços da legislação educacional brasileira, em especial nos espaços abertos pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), nas Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e agora, nas Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo. Comprometemo-nos em lutar pela implementação destas diretrizes, bem como em contribuir para seu aperfeiçoamento. Trabalharemos pela inclusão destas diretrizes na construção dos planos municipais e estaduais de educação. (Ibid, p. 14-15).

- E por fim o acolhimento a todos os que desejam trabalhar pela causa da educação do campo. “Queremos consolidar a articulação nacional **Por Uma Educação do campo** e acolher todas as pessoas e organizações dispostas a trabalhar por esta causa.” (Ibid, p. 15).

Neste contexto, dentro destes princípios, na educação do campo a escola converte-se em um ambiente de debate sobre a realidade da vida rural, suas necessidades e reivindicações. “A Educação do campo resgata as relações sociais,

de cultura, de relação com a natureza como espaço/território de vida, participação, trabalho coletivo, cultura e ação humana” (BRASIL, 2008, p. 13).

A Educação do campo, defendida pela Conferência, tratou da luta popular pela ampliação do acesso, permanência e direito à escola pública de qualidade no campo, as pessoas têm o direito de estudar no lugar onde vivem.

1.3 Trajetória da Educação do campo

Os movimentos do povo do meio rural e a 1ª Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo mudou a trajetória da Educação do campo a partir das reivindicações formuladas nos encontros em 23 estados brasileiros, deram origem as Diretrizes para a Educação do campo (KOLLING; NERI; MOLLINA, 1999).

De acordo com a Resolução CNE/CEB 1 de 3 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo, no Art. 2, Parágrafo Único, diz que a Educação do campo possui identidade própria, ela não pode ser planejada e executada como a educação urbana.

Parágrafo único. A identidade da Escola do Campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, CNE/CEB, 2002, p. 1).

Segundo o Caderno de Orientações Pedagógicas para Formação de Educadoras e Educadores (BRASIL, 2010c, p. 17) a Educação do campo, por ter identidade própria e ser uma conquista de seu povo, que reivindica por seus direitos e pela defesa de um Brasil “soberano e independente”, busca desenvolvimento tanto urbano como rural. Tem na educação um dos pilares para a “transformação da sociedade” por um povo do campo desenvolvido e próspero. Nesse sentido, a educação do campo deve atender as necessidades de cada povo da zona rural. Cada povo tem sua cultura, sua forma de trabalhar a terra, há de se respeitar a sua forma de viver, mas as mesmas dificuldades, necessidades econômicas, materiais e

humanas. A sua localização e condições socioeconômicas limitam seu acesso à cultura e a todo conhecimento do mundo.

A mesma fonte (BRASIL, 2010c) afirma que a Educação do campo deve respeitar a diversidade cultural de cada comunidade. Sendo assim, a Educação do campo defende os princípios filosóficos que falam das percepções deste povo, de desenvolvimento destas comunidades e de educação que atenda as suas necessidades. São princípios filosóficos da Educação do campo:

- a) Educação para a transformação social;
- b) Educação para o trabalho e a cooperação;
- c) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
- d) Educação com/para valores humanistas;
- e) Valorização dos diferentes saberes no processo educativo;
- f) A diversidade de espaços e tempos educativos;
- g) Educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável;
- h) Vivência de processos democráticos e participativos.
 - Na abordagem do conhecimento;
 - Na abordagem metodológica;
 - Na organização da gestão da escola. (BRASIL, 2010c, p. 17-21).

Portanto, a Educação do campo não atua somente na área da educação, mas faz parte de um projeto de “emancipação política, cultural, econômica e social dos povos do campo”. Sendo assim, a educação do campo não somente trabalha a educação de crianças, mas envolve toda comunidade que pensa os seus problemas, aponta soluções e encaminha reivindicações. “Na Educação do campo educar também é ensinar a importância de participar e de pensar o campo como parte da unidade que é o país, em que campo e cidade se complementam sem se excluírem” (BRASIL, 2010c, p. 21).

A escola do campo ou da cidade deve oferecer ao aluno as mais variadas experiências, o desenvolvimento de habilidades em todas as áreas do conhecimento. Proporcionar ao aluno espaço para debater de modo crítico a sua realidade e confrontá-la com a realidade do mundo, mas, sobretudo buscar conhecimento para mudar situações problema de sua comunidade. A educação deve estar comprometida com a mudança da realidade.

O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que esta em constante busca. Eis aqui a raiz da educação. (FREIRE, 1991, p. 27).

Freire (1996) afirma que a crítica por si só não muda a realidade, não liberta o oprimido, é preciso encontrar soluções, fazer, atuar, reivindicar os direitos. É preciso agir para libertar-se do passado e agir no presente. A educação também sozinha não muda a realidade, mas faz parte das mudanças necessárias para alcançar o desenvolvimento. E o professor desempenha um papel importante neste processo, o de fazer refletir, o de escutar, o de levar o aluno a conhecer-se, a reflexão em torno de sua origem, natureza e limites do ato cognitivo e instigá-lo a almejar novos horizontes

Pensar certo, em termos críticos, é uma exigência que os momentos do ciclo gnosiológico vão pondo à curiosidade que, tornando-se mais e mais metodicamente rigorosa, transita da ingenuidade para o que venho chamando “curiosidade epistemológica”. A curiosidade ingênua, do que resulta indiscutivelmente um certo saber, não importa que metodicamente desrigoroso, é a que caracteriza o senso comum. O saber de pura experiência feito. Pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. Implica o compromisso da educadora com a consciência crítica do educando cuja “promoção” da ingenuidade não se faz automaticamente. (FREIRE, 1996, p. 14).

Para Caldart (2002) a educação do campo mostra estar envolvida com as práticas do campo, com as ações dos sujeitos do campo, é uma pedagogia produzida pelos sujeitos. Visa o desenvolvimento pleno do ser humano, a sua inserção crítica na sociedade. Uma pedagogia de formação e valorização da identidade do povo do campo, que eleve à auto-estima, os saberes, a cultura, entre outros.

Trata-se de educar as pessoas como sujeitos humanos e como sujeitos sociais e políticos: intencionalidade no desenvolvimento humano, pensando a especificidade da educação da infância, da juventude, da idade adulta, dos idosos...; intencionalidade no fortalecimento da identidade de sujeito coletivo, no enraizamento social, na formação para novas relações de trabalho, na formação da consciência política...; e com uma intencionalidade política explícita: não queremos ajudar a formar trabalhadores do campo que se conformem ao modelo de agricultura em curso; queremos ajudar a formar sujeitos capazes de resistir a este modelo e lutar pela implementação de um outro projeto que inclua a todos que estiverem dispostos a trabalhar e a viver no campo e do campo... (CALDART, 2002, p. 23)

A Educação do campo segue as Diretrizes da Educação Nacional e, por isso, realiza avaliação do rendimento escolar conforme definido pela LDB, no art. 24 que trata da educação básica. A avaliação deve ser:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 1996,

A avaliação tem como tarefa orientar e auxiliar na superação de limites e dificuldades da criança, e que as condições da escola fazem parte significativa dos limites encontrados.

As modalidades de avaliação (diagnóstica, processual, cumulativa e emancipatória) como parte do processo de ensino-aprendizagem, relacionadas aos elementos do componente curricular, buscam uma avaliação crítica, justa e digna para a formação humana. O Programa Escola Ativa adota o regime de progressão continuada através do qual as escolas desenvolvem seu currículo de forma contínua, sem mecanismos de retenção, conforme preconiza a LDB/96, art. 32, parágrafo 2º:

Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino. (BRASIL, 1996, p. 13).

Além da avaliação do aluno, o professor se auto-avalia e avalia a sua prática. O professor além da formação superior deve participar da formação continuada. O professor da Educação do campo deve ter formação própria. Os cursos de Educação do campo estão em todo Brasil destinados a professores que atuam na Educação do campo e também a pessoas que desejam a formação para esta modalidade.

O professor torna-se um professor-educador que se preocupa com a formação integral do aluno, com a formação humana, ele se envolve na vida cotidiana da comunidade com o objetivo de compreender a cultura e poder apoiar ações voltadas para a sustentabilidade das famílias do campo.

1.4 Legislação educacional do campo: avanços e conquistas

A legislação educacional brasileira determina as diretrizes para a educação nacional, a fonte de recursos e a percentagem que forma o Fundo Nacional de Educação, elas orientam as políticas públicas de responsabilidade compartilhada entre a instância federal, estadual, Distrito Federal e municipal. Determina a criação dos órgãos de gestão da educação nas três instâncias e orienta o seu funcionamento.

A Constituição Federal de 1988, art. 205, como já citado anteriormente, apresenta a educação como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado e da família. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 - Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, um conjunto de princípios e procedimentos para serem observados nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino (BRASIL, 2002). Esta resolução do Conselho Nacional de Educação representa o início de um novo olhar para a educação do campo. Determinou a conduta para a construção do Projeto para as escolas rurais.

- PARECER CNE/CEB nº 1/2006 - Recomenda a adoção da Pedagogia da Alternância em escolas do campo (BRASIL, 2006).

- RESOLUÇÃO nº 2, de 28 de abril de 2008 - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (BRASIL, 2008). Destaca-se nesta Resolução o fato de que pela primeira vez aparece o termo “Educação do campo” e a sua definição, conta no art. 1º:

Art. 1º – A Educação do campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida. (BRASIL, 2008, p. 1).

- DECRETO nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 - Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma

Agrária – PRONERA. E no art. 1º determina a quem deve beneficiar a Educação do campo:

Art. 1o A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto. (BRASIL, 2010a, p. 1).

Também o Decreto determina quem são os povos do campo e o que é uma escola do campo, em seu parágrafo 1º:

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:
I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e
II - Escola do Campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Outro grande benefício dado pelo Decreto nº 7.352/2010, às populações do campo está no art. 4º, com relação aos níveis de educação básica, mais especificamente com relação ao acesso a educação superior pela população do campo com prioridade para a formação de professores do campo.

- Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2010 - Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil, na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo [...] (BRASIL, 2010b).

PNE (2001-2010) estabelecia, para o fim da década, o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população de 18 a 24 anos. Apesar do avanço observado, o salto projetado pela Meta 12 do novo PNE, que define a elevação da taxa bruta para 50% e da líquida para 33%, revela-se extremamente desafiador. (BRASIL, 2014, p. 41).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (INEP) o Censo Escolar apontou que entre 2002 e 2009

foram fechadas 24 mil escolas do campo no Brasil. Em 2002 havia 107.432 escolas do campo, já em 2009 o número foi reduzido para 83.036 mil escolas.

Percebe-se que por um lado, a legislação instituiu e deu respaldo a Educação do campo, mas por outro os municípios e estados fecham escolas do campo, por razões diversas, porque tem poucos alunos, para diminuir os custos, entre outras.

A Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 53 prevê que toda criança e o adolescente tem direito a escola pública, gratuita, próxima de sua casa (BRASIL, 1990). Isso quer dizer que a criança e o adolescente do meio rural têm direito a escola do campo. Contudo, entende-se que com o fechamento das escolas na zona rural, foi tirado este direito de crianças e jovens.

A Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 – Aprovou o Plano Nacional de Educação para 10 anos. E nele no art. 8º, § 1º - “II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;” (BRASIL, 2014). E dentro das metas e estratégias, na Meta 1, Estratégia 1.10 prevê:

1.10) fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada; (BRASIL, 2014).

A primeira Conferência Nacional por uma Educação do campo ocorreu em julho de 1998 em Luziânia, estado de Goiás, promovida pelo MST, UNICEF, pela UNESCO, CNBB e UnB, onde povos organizados do campo colocaram suas lutas e reivindicações quanto a educação do campo e sobre políticas públicas que atendam as suas necessidades, a partir dela foi escrito o projeto educacional para atender a população do meio rural (KOLLING; NÉRY; MOLINA, 1999, p. 10). E, a segunda Conferência Nacional por uma Educação do campo ocorreu em agosto 2004 (II CONFERÊNCIA, 2004).

Foram realizados pela SEDAC/MEC, Seminários Estaduais de Educação do campo, com o apoio das Secretarias Estaduais de Educação, os movimentos sociais e as universidades, com o objetivo de divulgar das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, com a finalidade de definir a Política Nacional de educação para as populações do campo (MOLINA, JESUS, 2004).

Em cada seminário foi assumido o compromisso expresso nas “Cartas do Estados” entre eles estão a criação de instancia colegiada, na forma de comitês ou comissão de Educação do campo.

Para Caldart (2002), a associação da Educação do campo às lutas por políticas pública e reforma agrária é o fundamento educativo de um novo projeto político de desenvolvimento. A conquista da humanização se dá na própria luta contra a desumanização, por isso, o desafio para as escolas do campo é formar para recuperar as condições humanas dos povos do campo.

1.5 Educação do campo e classes multisseriadas

Para o MEC no Caderno de orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores, torna-se indispensável definir o que é escola multisseriada. “Essa escola passou a ser conhecida como multisseriada para caracterizar um modelo de escola do campo que reúne num único espaço um conjunto de séries do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2010c, p. 23).

As escolas multisseriadas, em que um mesmo docente atende estudantes de diferentes idades em uma mesma turma, são marca registrada da educação rural brasileira. Em 2009, o Censo Escolar apontou a existência de mais de 96,6 mil turmas multisseriadas no ensino fundamental. Segundo dados do Observatório da Educação, a distorção idade-série chega a 38,9% ainda nas séries iniciais das escolas rurais. (FERNANDEZ, 2011).

Segundo o portal do MEC “O programa Escola Ativa busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo.” E para que isso aconteça lança mão de estratégias para fortalecer as escolas do campo multisseriadas, como: “implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores” (BRASIL, MEC, 2015).

O Programa Escola Ativa foi criado para dar apoio às escolas multisseriadas. Tanto no Brasil como na América Latina as escolas do campo utilizam a compactação de série na mesma sala de aula. Historicamente, o problema da escola multisseriada no Brasil é que funcionavam em condições mínimas de infraestrutura (BRASIL, 2010c).

No bojo da construção desse sistema educacional do campo, as classes multisseriadas tornaram-se historicamente uma estratégia para solucionar o acesso à escolarização de um número reduzido de crianças e jovens presentes no campo. A baixa densidade populacional, as grandes distâncias e também a constante expulsão dos trabalhadores do campo tornaram as classes multisseriadas quase a única possibilidade de estudo nas comunidades mais afastadas. Em consequência da ausência de recursos humanos e materiais adequados ao atendimento desse tipo de escola, encontra-se salas de aula empobrecidas, reforçando a ideia de que para estudar é melhor ir para a cidade. (BRASIL, 2010c, p. 24).

Os professores na escola multisseriada desenvolvem atividades diversas, além de professores executam atividades de: merendeiro, faxineiro, servente, psicólogo, enfermeiro e inclusive de vigilante na escola. Além da sobrecarga de trabalho, o professor desempenha uma atividade solitária (BRASIL, 2010c). Contudo Arroyo (apud BRASIL, 2010c) aponta que até mesmo em escola de turmas seriadas o professor atua de maneira solitária e individualizada.

Recentemente, uma pesquisa realizada entre os coordenadores e as(os) educadoras(es) do Programa Escola Ativa (ufpa, 2008) revela que um dos grandes desejos a serem alcançados pelas(os) educadoras(es) das classes multisseriadas é a criação de políticas públicas que garantam a qualidade do trabalho docente e de gestão, de maneira que favoreça a coletividade e a interação entre esses sujeitos. (BRASIL, 2010c, p. 25).

Segundo a mesma fonte, outros desafios enfrentados pelas escolas multisseriadas são: a política de nucleação das escolas. Fecham-se as escolas pequenas, com poucos alunos e transportam-se estes alunos para uma escola maior; e a organização do trabalho pedagógico, planejamento curricular e seus reflexos na didática, na aprendizagem destes alunos.

[...] As várias séries juntas demandam um modelo de organização escolar materializado na forma comprimida entre quatro ou mais séries, na qual o tempo, o espaço e os conteúdos vão impondo formas de trabalhar em coletividade no mesmo espaço educativo, fator que dificulta o trabalho pedagógico.

Entre as estratégias mais frequentes para enfrentar essa situação está a organização de várias fileiras ou cantos seriados, com os quais a(o) educadora(or) trabalha separadamente. Para tanto é necessário fazer vários planejamentos, fragmentar a aplicação dos conhecimentos por série e reduzir o tempo na escola de horas presenciais com os(as) educandos(as). Nessa estratégia fragmentada é necessário manter crianças pequenas, que necessitam de atividades e recursos pedagógicos específicos para sua idade, sentadas durante um tempo demasiado extenso. (BRASIL, 2010c, p. 26).

O professor multisseriada enfrenta muitos problemas, mas o mais preocupante é a organização didática pedagógica e decorrente dela os resultados da avaliação dos alunos, somam-se aos problemas as desigualdades do sistema escolar do

campo. De acordo com a Escola Ativa existe a necessidade de construir uma identidade para as escolas do campo que deve ir muito além de ser multisseriada ou seriada (BRASIL, 2010c).

É histórica a desigualdade entre as escolas urbanas e as escolas rurais. As escolas do campo merecem infraestrutura, apoio técnico e financeiro por parte da União e Estados, e políticas públicas que valorizem os educadores com formação continuada para atuar em classes multisseriadas.

O Programa Escola Ativa tem a finalidade de dar apoio aos professores de classes multisseriadas, através dos educadores deve identificar as necessidades destas escolas. O caderno de orientações pedagógicas da formação de professores do Programa Escola Ativa orienta e oferece formas alternativas de organização e de funcionamento de turmas multisseriadas (BRASIL, 2010c).

A formação da Escola Ativa está baseada nos princípios da Educação do campo e dão suporte ao trabalho pedagógico do professor, “[...] o jeito de fazer e de pensar a educação e a escola do campo, tal como é possível observar nos princípios organizativos abaixo”: na abordagem do conhecimento; na abordagem metodológica e; na organização da gestão da escola (BRASIL, 2010c).

Os princípios que fundamentam o Programa Escola Ativa estão relacionados às teorias e concepções de ensino e aprendizagem que orientam o trabalho em uma classe multisseriada. Toda ação educativa se baseia, inicialmente, na compreensão alcançada pela(o) educada(or), a respeito de qual será sua tarefa na formação dos seres humanos que estiverem sob sua responsabilidade. Cada educadora(or) se posiciona em função de sua experiência e seu domínio teórico e metodológico. Seus conhecimentos se transformam ao longo do tempo. O estudo contínuo faz parte do trabalho da(o) educadora(or) e sua atuação em sala de aula deve manter relação com a concepção presente no projeto Político Pedagógico da escola e depende dos materiais didáticos de que se dispõe para realizar o trabalho. É preciso também que haja relação entre o papel atribuído à escola, as concepções e as atividades de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 2010c, p. 29).

A avaliação proposta pelo Programa Escola Ativa envolve avaliar desde o planejamento até o resultado final. A avaliação da aprendizagem escolar segundo a Educação do campo:

[...] entende que é preciso superar o uso da avaliação como instrumento de discriminação e seleção social, mas que ela esteja a serviço da superação das necessidades educacionais de todas os(as) educandos(as). Já não é aceitável avaliar para decidir quem será excluído do processo de aprendizagem ou da escola. A própria Ldb, ao possibilitar a diversificação da organização curricular, ampliou também a sua forma de avaliação (BRASIL, 2010c, p. 67).

Mais importante do que avaliar é assegurar as condições para que todos aprendam que adquiram formação humana e integral. Neste sentido, avaliar faz parte do processo ensino-aprendizagem. É importante porque o aluno toma conhecimento de suas dificuldades e de seus progressos. “Para a Educação do campo, avaliar passa a ser entendido sempre como um processo participativo e democrático, pois abrange todos os momentos, elementos e sujeitos do trabalho educativo” (BRASIL, 2010c, p. 68).

Assim como a LDB a avaliação recomendada pelo Programa Escola Ativa deve ser diagnóstica: “Levanta informações e dados necessários à contextualização do processo pedagógico;” Processual: “Ocorre no dia-a-dia de forma orientada, leva em conta as modificações e as superações, e mantém um diálogo constante com o estudante;” Participativa: “Envolve a comunidade, as(os) educadoras(es) e os(as) educandos(as), pode ser feita com o auxílio do Colegiado Estudantil e do Conselho Escolar;” Cumulativa: “Considera cada aspecto progressivo na produção do conhecimento;” e Emancipatória: “Avalia a prática educativa, os acertos e os erros, as condições oferecidas para o processo educativo e para formação humana.” (BRASIL, 2010c, p. 68).

Sendo assim, a avaliação considera os avanços que o aluno teve durante o processo, tem no aluno um sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem, e objetiva formar um sujeito autônomo. E, sendo participativa e democrática necessita da participação da família da comunidade escolar.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 A Educação do campo e sua evolução: estudo de caso

A Educação do campo, tida por muitas pessoas como a escolinha da roça, sem estrutura, esquecida pelos governos. Por muito tempo, essa foi a realidade de muitas escolas do campo, mas a nova legislação mudou a trajetória da Educação do campo. Hoje, as escolas do campo são bem estruturadas, com professores qualificados e com ensino de qualidade.

Assim, esta pesquisa, um estudo de caso de abordagem qualitativa realizada junto a uma escola que pertence a Rede Municipal de Educação do município de Agudo-RS e atende 151 alunos desde a Educação Infantil (Pré A- 4 anos e Pré B- 5 anos) até o 9º Ano do Ensino Fundamental. A pesquisa foi aplicada com os alunos do 8º e 9º Ano, com as famílias, professores, e equipe diretiva da escola. Participaram da pesquisa 34 alunos e os 34 pais dos alunos pesquisados, 12 professores e 3 gestores. Optou-se por investigar os Anos Finais do Ensino Fundamental porque estes possuem maior compreensão sobre a educação e sobre a participação no ambiente escolar.

A escola localiza-se na zona rural do município e atende alunos de diferentes localidades, apresenta uma diversidade de realidades e interesses. A escola possui um ambiente acolhedor com atividades diferenciadas o que torna a participação dos alunos mais ativa. Os gestores são indicados pelo executivo municipal, assim como ocorre em todas as escolas da rede.

A participação da família na escola é ativa, levando em conta que a maioria dos pais são agricultores e participam com mais afinco da vida escolar de seus filhos no período da entre safra. A escola conta com um Círculo de Pais e Mestres – CPM ativo e dedicado na realização de eventos que buscam arrecadar fundos para a escola, e na tomada de decisões junto à gestão escolar.

A escola tem como filosofia promover uma Educação de qualidade que objetiva o desenvolvimento sócio-cultural e intelectual, a fim de tornar o educando um sujeito crítico e atuante na sociedade. Com o intuito de atingir esta linha de ação,

a escola procura estabelecer elos com a comunidade através de atividades que busquem uma maior integração do educando com a sua realidade, como gincanas culturais, festas típicas, reuniões e palestras para aproximar as famílias e a comunidade escolar à escola.

Dos 34 questionários entregues aos alunos, somente 28 devolveram o questionário respondido. A pesquisa, com os alunos, objetivou identificar a importância que estes dão a escola, qual o entendimento sobre a aprendizagem que acontece nela e qual seu desejo para a educação do campo. Para avaliar os pesquisados optou-se por descrever o questionamento e os resultados obtidos.

Como é a aprendizagem na sua escola?

Das respostas dos questionários metade dos alunos falaram que o aprendizado na sua escola é de excelente qualidade, pois os professores explicam quantas vezes for necessário e se preocupam com os alunos. A outra metade respondeu que o aprendizado é igual ao da cidade, tem os mesmos direitos e deveres, possuem livros didáticos, atividades extras e uma estrutura que lhes proporciona um aprendizado seguro e divertido.

A partir das respostas, pode-se observar que os alunos reconhecem o seu papel e o papel da escola em sua vida, conseguem relatar fatos oriundos de suas capacidades físicas, emocionais e intelectuais. Sendo assim, consideram a aprendizagem que acontece em sua escola como sendo de boa qualidade, os professores estão preocupados com a aprendizagem, e não se cansam de explicar o conteúdo. Concordam que estão no mesmo patamar que a escola urbana, sendo assim, consideram que quando saírem do Ensino Fundamental vão estar preparados para prosseguir seus estudos.

Na sua escola tem livros didáticos para usar?

A resposta obtida foi unânime, todos os pesquisados responderam que tem livros didáticos na escola para seu uso, porém em algumas materiais não há livros suficientes para todos os alunos. Para solucionar, fazem o rodízio dos livros, ou seja, cada aluno fica um período com o livro e após repassa para outro colega.

O questionamento foi realizado, porque várias escolas do campo não possuem livros didáticos para os alunos. Na escola pesquisada existem livros

didáticos, embora em numero insuficiente, mas consegue suprir as necessidades educacionais. Acredita-se que o livro didático seja de grande importância para o acompanhamento pedagógico dos alunos.

O que você espera da aprendizagem da sua escola?

A maioria dos pesquisados, responderam que deve continuar como está, ou seja, melhorando cada vez mais, e exigindo mais e mais dos alunos, outros responderam que esperam ser lembrados no futuro por seus professores, pelas coisas boas que fizeram na escola, e esperam a melhor educação para si e para os seus colegas.

De maneira geral os alunos desejam que continue como está sempre melhorando a estrutura pedagógica e estrutural da escola. Percebe-se que os pesquisados estão satisfeitos com a aprendizagem, com os ensinamentos que recebem de seus professores. Eles esperam que a aprendizagem seja sempre melhor e nunca pior. Ressalta-se a resposta de um aluno, que gostaria de ser lembrado futuramente pelos seus professores, pelas coisas boas e divertidas pelas quais passaram durante os anos de convívio na escola.

O que você acha que ainda podia ser mudado na aprendizagem da sua escola?

Metade dos alunos pesquisados respondeu que gostaria que tivesse internet na escola para uso dos alunos em pesquisas. Outros gostariam de ter um computador para cada aluno, que não precisassem mais sentar em duplas ou ate trios num só computador. Os demais alunos, escreveram que gostariam de ter mais livros didáticos, um para cada aluno.

Com isso, percebe-se que os alunos que frequentam esta escola do campo, estão preocupados com seu futuro, reivindicam recursos tecnológicos e pedagógicos, direito de todos os alunos sejam de escola urbana ou rural, e que na maioria das escolas ainda são recursos escassos e/ou inexistentes. Desejam tecnologias que enriqueçam o seu aprendizado, como um computador para cada aluno, internet de qualidade, para que possam pesquisar conteúdos e novidades.

A pesquisa realizada junto às famílias dos alunos teve como objetivo perceber como a família vê a escola, o que acha que ainda poderia ser melhorado na

Educação do campo. Foram pesquisadas 34 famílias, as famílias dos alunos pesquisados. Da mesma forma que os alunos retornaram 28 questionários respondidos, ou seja, se o aluno entregou o seu questionário, entregou também o de sua família.

Como eram as escolas do campo antigamente?

Os pesquisados responderam que era muito complicado, devido ao difícil acesso, porque não tinham transporte escolar, que eram escolas pequenas com classes multisseriadas. E, apontaram que não tinham merenda, somente as vezes, e se queriam comer na hora do recreio traziam de casa. Também disseram que era bem difícil, porque os professores batiam nos alunos, com a régua nas mãos, colocavam ajoelhados em milho, por não realizarem as tarefas ou por mau comportamento.

Refletindo sobre as respostas dos pais dos alunos sobre a escola que estudaram, mostra como era a Educação do campo. Era muito precária, com escolas pequenas, onde trabalhava só um professor que realizava todas as outras tarefas da escola, escola multisseriada, onde os alunos tinham que ajudar a fazer merenda, a limpar a sala, o banheiro, enfim ajudar o professor nos seus afazeres. Não havia transporte escolar, tinham que caminhar a pé ou vinham a cavalo traziam algum lanche de casa, pois nem sempre havia merenda na escola, faltavam recursos para as escolas do campo.

A educação era muito severa, tanto que o professor tinha liberdade para bater no aluno, que não realizava o tema ou que se comportava mal na escola, também tinha poucos recursos estruturais e/ou nenhum recurso pedagógico.

Como era o aprendizado na escola?

Obteve-se como respostas que o aprendizado era mais lento, e o ciclo de aprendizagem era somente até a 5ª série, que era bem difícil de estudar, pois tinham medo do professor, de lhe pedir uma nova explicação e levar uma “xingada”, então ficavam quietos, mesmo não entendendo o conteúdo, levando em consideração que era um professor para tudo, o aprendizado era bem mais elaborado do que hoje em dia.

Pode-se perceber que o aprendizado era de baixa qualidade, aprendiam somente a ler, escrever e realizar cálculos simples, o professor auxiliava com sua explicação, porém explicava só uma vez, quem não entendia acabava apanhando por não saber fazer. O ciclo era mais curto, somente até a 5ª série. Ao completar a 5ª série saíam da escola, pois eram grandes e tinham que ajudar seus pais na lida da roça. Os professores tinham muitas tarefas a cumprir na escola, pelas condições da escola e do professor o aprendizado era melhor do que hoje, hoje o professor só desempenha a função de educador. Pode-se concluir que alguns professores não estão preocupados com a aprendizagem dos alunos.

O que mudou na Educação do campo de antigamente para hoje em dia?

Obteve-se como respostas que os professores são mais qualificados, mais empenhados na aprendizagem dos alunos, dão mais atenção e explicação, que proporciona aos jovens maior diversidade de conhecimentos do mundo, facilitou o acesso a escola com o transporte escolar, e o seu funcionamento também melhorou muito devido a liberação de mais verbas do governo.

Muita coisa mudou no cenário da Educação do campo, pode-se dizer que melhorou muito, pois tem mais de um professor para auxiliar no aprendizado dos alunos, estes são mais qualificados para o cargo que assumem, existe liberação de mais recursos por parte do governo podendo ter acesso mais fácil à escola, através do transporte escolar. Oferecem uma visão de mundo mais ampla aos alunos, possibilitam aos educandos a visão de um futuro melhor, não que este futuro deva ser longe do campo, mas ampliando os recursos para uma vida mais digna.

O que você acha que ainda poderia ser mudado?

A maioria dos pais gostaria que tivesse uma escola agrícola, para que seus filhos permanecessem no campo, ou seja, dar maior ênfase ao setor primário. Os demais gostariam que tivesse mais tecnologias disponíveis para os alunos.

Acredita-se que a escola esteja no caminho certo, pois não foi apontado por nenhum pesquisado, melhoria na atuação dos professores, ou o melhoramento na aprendizagem dos alunos. Somente foi solicitado a implantação de mais tecnologias como computadores e internet e a construção de uma escola agrícola para que os jovens possam ter formação específica, e assim formar alunos com mais interesse

pelo rural fazendo-os permanecer no campo. Sem a sucessão familiar, várias propriedades rurais estão sendo abandonadas. Isso mostra que os jovens não querem trabalhar na lavoura, não possuem interesse nisso, quem sabe com a implantação de uma escola agrícola esta visão poderia mudar positivamente.

Ao se pensar em educação, muito se tem a discutir em torno das questões relativas à qualidade da oferta desta, sendo de suma importância a função dos profissionais da educação, os professores, para este processo. Os educadores assumem um papel fundamental na concretização de ações que visem uma melhoria do ensino brasileiro, pois estão constantemente em contato com diferentes sujeitos, sujeitos em formação, e para tanto sua influência na construção de uma sociedade justa, ética, com valores humanos e democracia é primordial.

A pesquisa realizada com os profissionais da educação da escola buscou instigá-los a pensar a educação do campo, como era antigamente, quais avanços obteve e quais ainda deveria ter, como é a escola atual, quais são os desafios e conquistas. A pesquisa foi realizada com 12 professores da referida escola, sendo que retornaram todos os 12 questionários respondidos.

Como era a Educação do campo antigamente?

Como resposta obteve-se dos professores pesquisados, que a educação era precária e muito difícil, com pouca informação. Era usado o método tradicional de ensino e a maioria das escolas possuía classe multisseriada, ou seja, havia um professor que exercia a função de professor, diretor, merendeiro, faxineiro, enfim, todas as atividades da escola, não havia pré-escola e a organização era seriada, havia mais disciplina e respeito por parte dos alunos, e a participação dos pais na aprendizagem dos filhos era maior, as atividades eram voltadas para a vida na cidade, não se tinha atividades direcionadas à valorização do campo ou para a permanência do aluno no interior e quando estes chegavam na cidade eram desprezados, não era considerada a cultura, e os conhecimentos da população rural.

Diante do que foi respondido pelos professores, a Educação do campo antigamente era muito diferente da de hoje, não tinha informação, o único método que aplicavam era o tradicional, as escolas que possuíam classes multisseriadas eram praticamente esquecidas, pois o professor fazia tudo e a secretaria de

Educação nem passava na escola para auxiliar ou orientar o professor. Seguiam um plano de estudo que era elaborado para as escolas da cidade e os do campo tinham que adaptar a sua realidade. Não era trabalhado o cotidiano do povo do campo, este não era valorizado, não se trabalhava a permanência no meio rural. Como resultado a maioria dos alunos, após encerrar os estudos, ia para a cidade tentar a vida, chegando à cidade eram motivo de deboche. A população do campo está cada vez menor e a população das cidades cada vez maior.

Houve mudanças em relação à Educação do campo? Quais?

Responderam que houve melhora significativa em relação ao currículo. Hoje existem conteúdos específicos relacionados à Educação do campo, inclusive livros didáticos apropriados para o campo e, uma maior liberação de recursos financeiros, e valorização da agricultura Familiar, incentivam-se a permanência no campo e com a nucleação de escolas, resultou em escolas mais bem estruturadas, com espaços adequados para a realização das atividades. A escola conta com uma equipe de profissionais mais completa com diretora, professores, merendeiras, faxineiras e secretário. Aconteceram melhorias no transporte escolar, na merenda, na distribuição de materiais, também facilitou o acesso aos meios tecnológicos.

Pelas respostas, observa-se uma grande evolução em relação à Educação do campo do passado. Os conteúdos são voltados a sua cultura, a sua especificidade, com o apoio dos livros didáticos que são importantes para o aprendizado dos alunos, também, com a nucleação das escolas possibilitou maior rendimento escolar. O professor consegue desempenhar melhor sua função de educador, cada um tem a sua função na escola não depende somente de uma pessoa para a realização de todas as tarefas.

O acesso as diferentes tecnologias também tem papel significativo, pois proporciona aos alunos a possibilidade de buscar mais conhecimentos criados pela humanidade. Também o acesso a diferentes formas de aprendizado o que auxilia na sua assimilação.

Como você atualmente vê a educação do campo em relação à aprendizagem?

Para metade dos professores pesquisados a Educação do campo tem apresentado avanços positivos na aprendizagem, os alunos vivenciam diferentes experiências, conhecimentos, tem acesso mais facilitado as informações e a escola. Há atividades que fazem com que o aluno pense em sua vida, há preocupação com a vida atual e futura desse jovem do campo. Os outros responderam que porem com a facilidade de acesso a informação e aquisição do conhecimento há uma grande dificuldade em conseguir motivar o aluno a buscar o aprendizado, contudo, o aluno não se interessa mais em estudar, quer ficar só ligado nas tecnologias.

Percebe-se que o aprendizado ficou mais interessante, mais completo, com a inserção das tecnologias no meio educacional. Os alunos têm maior acesso a vários tipos de informações, mas, com tudo isso, também enfrenta problemas de desmotivação dos alunos com a educação, pois, os alunos só pensam nas tecnologias, e esquecem o essencial que acontece dentro da sala de aula com o professor que é a troca de conhecimentos.

Como eram os recursos financeiros, materiais, da Educação do campo antigamente? E hoje em dia?

Os professores pesquisados responderam que antigamente havia uma grande falta de materiais bem como de recursos financeiros, os alunos compravam o material inclusive o livro didático, hoje tudo é mais fácil o governo disponibiliza verbas e materiais para as escolas, o governo disponibiliza recursos num patamar de igualdade com as escolas urbanas. Os CPMs auxiliam bastante na compra de muitos materiais para as escolas.

Acredita-se que os recursos financeiros e materiais seja o quesito que mais sofre alteração durante todo esse tempo, pois a partir dai tudo pode ser melhorado, contando que todos os alunos tinham o material didático. Antes, algumas famílias não possuíam condições para adquirir e os filhos ficavam sem o material de estudo.

Com a liberação de recursos para a Educação do campo, as escolas conseguiram se equipar melhor, adquirir materiais diversos que oportunizam melhor aprendizagem, também melhorou sua estrutura física, com a ampliação de salas de aula, foram construídas bibliotecas, laboratórios de informática, refeitórios, enfim, com apoio financeiro melhorou a infra-estrutura da escola do campo.

O que ainda poderia ser melhorado na Educação do campo?

As respostas foram bem diretas. Metade dos professores pesquisados citou como melhoria na escola seria o acesso a internet, para que os alunos possam pesquisar melhor, ampliando o conhecimento. Os demais falaram que gostariam que aumentasse o tempo de permanência dos alunos na escola, ou seja, escola com turno integral, com mais atividades voltadas a vida no campo.

A escola onde foi realizada a pesquisa é uma escola bem estruturada, equipada, onde a única ausência é o acesso a internet, citado por todos os professores como uma melhoria a ser atingida. Acreditam que, com isso, consigam ampliar ainda mais o conhecimento dos alunos.

A permanência dos alunos em turno integral na escola tem prós e contras, acredita-se que seja bom e muito importante para os alunos ficar mais tempo na escola, assim tem mais tempo de estudo e assimilam mais conhecimento. E, como foi citado acredita-se ser muito importante trabalhar mais a questão da vida do campo, com a realidade dos alunos. Mas, que o aluno também possa ter um tempo livre, para que possa ficar em casa. Em casa pode ter atividade diferenciada junto com o pai e a mãe, caso contrário ficam com os pais somente à noite, quando os pais estão cansados e os filhos também, afastando os laços familiares.

O ponto de vista de trazer o ensino para a realidade do aluno é um fator bem importante, mas que na maioria das vezes fica só na teoria e na pratica nada acontece. Porque é mais fácil pegar um plano de estudo onde tudo já esteja pronto, que não se precise pensar muito a respeito, mas nesse ano estão acontecendo reuniões para debater o plano de estudo, por isso, acredita-se que mude um pouco essa questão.

Como você, como professor poderia ajudar no sentido de mudar esse cenário da Educação do campo?

Metade dos professores pesquisados reivindicaram melhorias, possibilitando formas diferenciadas para desenvolver um trabalho de qualidade mesmo com déficit em materiais, cobrando dos governantes que priorizem e disponibilizem mais recursos financeiros para as escolas do campo. Também responderam que buscando novos recursos, se atualizando, fazendo com que os alunos valorizem o lugar onde vivem, incentivando a cultura local e trabalhando temas relacionados a

vida no campo, mostrar possibilidades diversas de atividades rurais e de vida, expor os benefícios que os alunos têm por morar no campo, como a qualidade de vida.

Com isso, percebeu-se que os profissionais da educação da escola pesquisada, estão preocupados em mostrar para os alunos que morar no campo é melhor do que na cidade. O tema sucessão familiar e qualidade de vida é importante, pois na região muitos jovens abandonam a casa dos pais e a vida no campo e vão para a cidade em busca de melhores condições de vida.

A pesquisa realizada com a equipe diretiva da escola também buscou instigá-los a pensar a Educação do campo, a sua evolução no decorrer dos anos, em relação a estrutura, materiais da escola, legislação e, o que ainda poderia ser mudado nesse sentido. Assim, a reflexão em torno das questões propostas almejou tirar a equipe diretiva da zona de conforto e instigá-los a refletir a prática pedagógica, seus avanços, conquistas e seu futuro aprimoramento. O questionário foi entregue a 3 participantes da equipe diretiva, sendo que os 3 foram devolvidos preenchidos.

Como era a Educação do campo antigamente?

Os gestores responderam que eram escolas multisseriadas, onde o professor tinha que realizar todas as funções na escola, necessitavam da ajuda dos alunos na realização de algumas tarefas, eram escolas pequenas com pouca estrutura e que o professor era mais valorizado, visto como referencia na localidade onde trabalhava. Tudo o que o professor realizava tinha muita credibilidade na localidade.

Constatou-se que antigamente, a educação do campo era muito precária, com poucas alternativas, o professor era responsável por tudo na escola desde o cuidado dos alunos no pátio até a parte burocrática da escola, sem nenhuma ajuda de outras pessoas, restando somente a ajuda dos alunos na realização de atividades como limpeza ou até preparo da merenda.

Mas, em compensação o professor era mais reconhecido pelos alunos e pela comunidade em geral, era visto como uma pessoa estudada que sabia das coisas e estava lá para ajudá-los, sendo que não questionavam muito o trabalho do professor, mas o valorizavam.

Houve mudanças em relação à educação do campo? Quais?

As respostas apontam que ocorreram varias melhorias na infraestrutura, recursos humanos e materiais, professores trabalhando somente em uma turma, não sendo mais multisseriada, recebendo a ajuda da equipe diretiva também os professores conquistaram a hora atividade, os alunos possuem acompanhamento AEE na escola, vários professores, funcionários e auxiliares na educação. O professor tem a seu dispor vários materiais para auxiliar no seu trabalho pedagógico, mas, o professor perdeu o seu prestígio, não é mais tão valorizado na localidade onde trabalha.

Percebe-se que houve muitos avanços em relação a infraestrutura, organização e o espaço da escola mudou muito em relação a sua organização, deixou de ser multisseriada e passou a ser seriada. Com isso, alterou toda a estrutura da escola, pois para isso, necessita mais professores, funcionários, equipe diretiva para organizar todo o funcionamento da escola, e elas também ficaram maiores.

Mas, o que não poderia mudar, acabou mudando, o professor perdeu o seu valor frente aos alunos, pais, comunidade, pois não é mais tido como referencia na escola. E, como e porque que isso acontece, é um porque muito complexo, acredito que por terem mais acesso a informações vindas de outros meios, não necessitando somente do professor para lhe passar algum conhecimento, deixaram de dar credibilidade ao professor.

Como você atualmente vê a Educação do campo em relação à aprendizagem?

Houve uma grande evolução, pois os alunos são preparados para seguir os estudos. Demonstam mais interesse, pois possuem vários recursos que possibilitam a aprendizagem mais atrativa, também tem mais vontade de estudar para ser alguém na vida e conseguir sair na zona rural.

Houve avanços nesse sentido também, pois os alunos passam a ter mais interesse pelos estudos não mais só pensando em ficar em casa para poder ir na lavoura com os pais, mas para quem sabe, posteriormente, ganhar uma moto, o que é muito comum entre os jovens rurais. Trocam os estudos para ficar em casa e ganhar uma moto por trabalhar.

Houve mais avanço no sentido de querer estudar, de continuar os estudos. Mas, um fator preocupa é o querer estudar para sair de casa e morar na cidade, acredita-se que esse não seja um futuro obvio e com sucesso, claro que existem minorias que pensam em estudar, ser alguém na vida e voltar para a zona rural para demonstrar o seu conhecimento, ajudando as pessoas que vivem na zona rural a ter uma vida melhor.

Como eram os recursos financeiros, materiais da Educação do campo antigamente? E hoje em dia?

Os gestores apontaram que havia poucos recursos financeiros e muita dificuldade na aquisição de materiais. O CPM da escola tinha que conseguir fundos para a manutenção e funcionamento da escola. Melhorou muito, pois existem vários programas federais que auxiliam na liberação de recursos, como o PDDE, o Mais Educação, entre outros, o que permite a escola investir em materiais diversos.

Pelas respostas dos gestores identifica-se que antigamente os recursos eram escassos ou inexistentes, o que dificultava o funcionamento a manutenção da escola do campo, era necessária a ajuda do CPM da escola, que realizava promoções e arrecadava fundos para a manutenção da escola.

Atualmente, os recursos destinados à educação ampliaram-se, existem varias maneiras de conseguir recursos, o governo federal ampliou as verbas para educação, com isso, foram construídas salas de computação equipadas com computadores para os professores utilizarem com seus alunos. O programa Mais Educação oportuniza o educando a aquisição de conhecimento sobre alguma área de seu interesse. Com isso, as escolas conseguem ter um aporte financeiro maior, possibilita bibliotecas bem estruturadas e equipadas, computadores, data show, entre outros tantos equipamentos que as escolas possuem para enriquecer o conteúdo das aulas e o aprendizado dos alunos.

O que poderia ainda ser melhorado na educação do campo?

Todos os gestores responderam que a escola necessita de acesso a internet, pois ainda não possui.

A escola pesquisada deseja e necessita de acesso a internet, pois acreditam os pesquisados que esse recurso possibilita a ampliação do conhecimento por parte

do educando, com o uso das diversas formas de comunicação. A escola é bem estruturada, possui um amplo conjunto de recursos disponíveis aos alunos, mas o que mais reivindicam é mesmo o acesso à internet.

Como você, fazendo parte da equipe diretiva da escola, poderia contribuir nesse sentido?

Todos os gestores pesquisados tiveram respostas muito parecidas, que fazem solicitações a Secretaria de Educação do município para conseguir acesso à internet, por essa ser a única forma de conseguir algo a mais para a escola, solicitando à mantenedora da escola. É somente por esse canal a possibilidade de conseguir recursos para a escola. Algumas vezes atendidos com grande êxito nas questões desejadas, mas em outras simplesmente esquecidos.

Como era a quantidade de merenda, materiais de estudo, recursos que a Educação do campo recebia antigamente? Houve algum avanço nesse sentido?

Responderam que antigamente a merenda era de baixa qualidade, sem diversificação. Os livros didáticos totalmente diferentes da realidade dos alunos. Atualmente a merenda é de boa qualidade, com bastante diversificação e os livros didáticos são de boa qualidade. E, antigamente não havia recursos tecnológicos como, computadores e TVs na escola, atualmente houve uma grande evolução nesse sentido, pois as escolas possuem computadores disponíveis para o manuseio dos alunos, TVs, entre outros materiais disponíveis.

Constatou-se pelas respostas dos gestores pesquisados que ocorreram muitos avanços com relação a merenda, recursos pedagógicos, pois a merenda era de baixa qualidade, a mesma coisa quase todo dia; os livros didáticos eram de outros níveis, de outros conteúdos muito diferentes do que realmente precisavam. Na verdade era optado por um livro didático que ampliava mais os conhecimentos sobre a zona urbana do que a zona rural, então tinha que adequar-se a esse conhecimento, ficava muito distante do entendimento dos alunos.

A escola do campo pesquisada possui gestão participativa, entretanto não democrática, pois os gestores são escolhidos pelo executivo municipal, mantenedor

da estrutura escolar. A cada nova troca de prefeito a Secretaria de Educação mantém ou renova os gestores de todas as escolas municipais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse olhar diante da história da educação do campo permite reflexões ante as lutas e conquistas do povo do campo. Certamente, a compreensão desse processo histórico permite refletir a presente situação das escolas do Campo. A busca pela qualidade e por uma educação do campo, que se faça no campo e para o campo, é sem dúvida o desejo de muitos movimentos sociais da população rural. Apesar dos desafios, este povo sempre seguiu motivado para reivindicar mudanças e melhorias na educação.

É preciso atenção especial dos governantes para a criação de políticas públicas e aplicação de recursos para a melhoria das estruturas das escolas, física e pedagógica. Assim, a escola será do campo e deve trazer para a comunidade rural a oportunidade de não apenas ter acesso à escola, mas o mais importante, a oportunidade de participar e permanecer nela. É preciso romper com as ideologias históricas que marcaram a educação do campo e fazer com que se concretizem de fato o acesso e a permanência dos educandos no campo, em escolas do campo.

Esta pesquisa teve como objetivo geral “analisar como foram se construindo políticas públicas voltadas à Educação do campo e suas reais finalidades e o que pode ainda ser alterado”. Durante o desenvolvimento pude perceber como as políticas públicas foram se concretizando, afinal, no passado as escolas do meio rural eram muito precárias, não havia políticas públicas que contribuíssem para o seu desenvolvimento. Em praticamente todos os locais do país, havia uma escola pequena de classes multisseriadas, onde um professor tinha que desenvolver todas as outras funções na escola, não havia livros didáticos para os alunos e quando possuía não era um para cada aluno, e os planos de estudo aplicados na Escola do campo eram iguais aos da escola urbana, embora a realidade fosse totalmente diferente.

As classes multisseriadas tinham precária infraestrutura, as escolas possuíam regras muito rígidas, o ensino era básico e os alunos estudavam até a 5ª série.

A trajetória da Educação do campo evoluiu muito nos últimos anos. Não haviam políticas públicas voltada a Educação do campo. Através de muita luta do povo do campo a educação do campo, começou a mudar com a criação de

legislação própria, com políticas públicas exclusivas para a Educação do campo, mas ainda há um grande caminho a percorrer.

Quando eu comecei a estudar e realizei todo o ensino fundamental em escola do campo, a realidade já havia mudado. Eu já não estudava em classes multisseriadas, na escola não havia mais as penalidades que eram usadas anteriormente. O ensino já havia evoluído muito, tínhamos merenda, transporte escolar e professores bem qualificados.

Hoje atuando em uma escola do meio rural, percebo que a realidade das escolas do campo evoluiu ainda mais, com a liberação de recursos pelo estado, as escolas conseguiram se equipar melhor possuem estrutura muito boa para o atendimento dos alunos.

Com isso, percebe-se o quanto a Educação do campo evoluiu, em relação a estrutura, funcionamento e materiais de estudo. Porém acredito que ainda possa evoluir mais, penso que a escola do campo deveria ter um plano de estudo especial, individualizado, devido as condições climáticas e a época de cultivo para o sustento das famílias. Acredito que seja um passo bem importante a ser conquistado pela Educação do campo.

Considera-se que a Educação do campo no início não tinha praticamente nada, não havia legislação própria, que apoiassem o seu funcionamento. Hoje a Educação do campo possui legislação própria o que torna possível uma escola do campo de qualidade, com boa infraestrutura, recursos pedagógicos e profissionais com formação adequada.

Ainda é necessário que ocorram mais políticas públicas voltadas para a Educação do campo para suprir as necessidades ainda não contempladas, como por exemplo, a instalação de internet, que foi a reivindicação da escola pesquisada. Entre outros avanços de igualdade com todos os povos brasileiros, como prevê a Constituição Federal de 1988.

Também reivindicam uma educação do campo contextualizada, adequada a cada comunidade, a continuidade dos estudos e com cursos voltados para o campo. Acredita-se que a Educação do campo seja um amplo espaço de pesquisas. Quanto mais pesquisas forem realizadas, mais serão identificadas as necessidades da escola do campo e mais chamará a atenção das autoridades para os problemas enfrentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In. MOLINA, Mônica C. **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Educação do campo**: diferenças mudando paradigmas. HENRIQUES, Ricardo et al. (Org.). Cadernos SECAD. Brasília: SEDAC/MEC. 2007.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2010**. 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. MEC. **Caderno de orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010c. (Programa escola ativa). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5714-escola-ativa-orientacoes-pedagogicas&Itemid=30192>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** (MEC/SASE), 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Programa Escola Ativa: Projeto Base.** Brasília: SECAD/MEC, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Programa Escola Ativa: Orientações Pedagógicas para a formação de educadoras e educadores.** Brasília: SECAD/MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.** Resolução nº I, de 3 de abril de 2002.

_____. **Parecer CNE/CEB Nº1/2006.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_1_de_1_de_fevereiro_de_2006.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: **Educação do campo: identidade e políticas públicas** – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do campo” 2002. Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFvAB/historia-educacao-campo-no-brasil> . Acessado em 15 de maio de 2015.

FERNANDES, Elisângela. Desigualdades em campo. In: **Revista Educação**, Agosto/2011. Disponível em <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FERRARI, A. R. **Analfabetismo no Brasil**: tendência secular e avanços recentes. Cad. Pesq. São Paulo, fev. 1985, p. 35-49. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/642.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Educação e mudança**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

_____. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IBGE. Séries históricas e estatísticas. **Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade**. IBGE, Censo Demográfico 1970-2000. Dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=ECE305>>. Acesso em: 15 out. 2015.

II CONFERÊNCIA Nacional **Por Uma Educação do Campo**. Por uma política pública de educação do campo. Texto Base. Luziânia, GO, 2 a 6 de agosto de 2004. Promoção: CNBB -MST -UNICEF -UNESCO -UnB -CONTAG -UNEFAB -UNDIME -MPA -MAB -MMC. Disponível em: <<http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/013.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

KOLLING, E. J.; CERIO-LI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do campo, n. 4.

KOLLING, E. J.; NÉRY, Ir.; MOLINA, M. C.. **Por uma Educação Básica do Campo**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. 15 out. 2015.

SANTOS, C. A. dos, MOLINA, M. C., JESUS, S. M. dos S. A. de (Org.). **Memória e história do Pronera:** contribuições para a educação do campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/289.pdf <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6761/1/PDF%20-%20Adrina%20Lopes%20de%20Lima.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, M. S. **Educação do Campo e Desenvolvimento:** uma relação construída ao longo da história. 2004. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Developimento_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015.

APÊNDICES

Apêndice A- Questionário aplicado aos alunos

- 1) Como é a aprendizagem na sua escola?
- 2) Na sua escola tem livros didáticos para usar?
- 3) O que você espera da aprendizagem da sua escola?
- 4) O que você acha que ainda podia ser mudado na aprendizagem da sua escola?

Apêndice B- Questionário aplicado as famílias

- 1) Como eram as escolas do campo antigamente?
- 2) Como era o aprendizado na escola?
- 3) O que mudou na educação do campo de antigamente para hoje em dia?
- 4) O que você acha que ainda poderia ser mudado?

Apêndice C- Questionário aplicado aos professores

- 1) Como era a Educação do campo antigamente?
- 2) Houve mudanças em relação à educação do campo? Quais?
- 3) Como você atualmente vê a educação do campo em relação à aprendizagem?
- 4) Como eram os recursos financeiros, materiais, da educação do campo antigamente? E hoje em dia?
- 5) O que poderia ainda ser melhorado na educação do campo?
- 6) Como você, como professor poderia ajudar no sentido de mudar esse cenário da Educação do campo?

Apêndice D- Questionário aplicado a equipe diretiva

- 1) Como era a Educação do campo antigamente?
- 2) Houve mudanças em relação à educação do campo? Quais?
- 3) Como você atualmente vê a educação do campo em relação à aprendizagem?
- 4) Como eram os recursos financeiros, materiais, da educação do campo antigamente? Quais?
- 5) O que poderia ainda ser melhorado na educação do campo?
- 6) Como você, fazendo parte da equipe diretiva da escola, poderia contribuir nesse sentido?
- 7) Como era a quantidade de merenda, materiais de estudo, recursos que a Educação do campo recebia antigamente? Houve algum avanço nesse sentido?